

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 130 - Janeiro de 1977 - Crs. 1,00

Documento
dos bispos:
um fato
histórico

PAGINA 3

Editorial

MOBILIZAÇÃO PERMANENTE DE MASSA, A GARANTIA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Tres fatos do fim do ano passado impuseram, por suas consequências naturais, novas e importantes componentes ao quadro político atual: a divulgação do Documento da CNBB, o resultado das eleições, e o anúncio do corte de 40 bilhões de cruzeiros no orçamento da União para 1977.

O Documento dos Bispos, pela profundidade da análise, e pelos pormenores na descrição das arbitrariedades cometidas por este regime fascista que nos oprime a todos, encontrou seu complemento natural na posição assumida pelo povo brasileiro ao dizer não à ditadura nas eleições municipais. Pode-se esgrimir o que quiser em termos de contagem global, mas os representantes mais legítimos da classe dominante sabem que a Oposição venceu. Não é demais lembrar as declarações de Herbert Levy neste sentido, e propondo o «virar a mesa». E se a vitória não se registrou na grandeza de 1974 é porque a lei Falcão, a repressão pura e simples nas pequenas cidades, as manobras de estímulo ao voto nulo — para as quais foram de extrema utilidade os aventureiristas da pseudo-esquerda — foram armas importantes no arsenal da ditadura.

Somente depois das eleições, a ditadura resolveu dar publicidade à decisão forçada pela pressão dos banqueiros internacionais de reduzir substancialmente o próximo orçamento. O que vai representar aprofundamento da crise econômica, recessão, desemprego e um ainda maior esmagamento do salário real dos trabalhadores. Evidentemente, tal medida drástica não vem sem um acompanhamento político: as tentativas para impedir que o conjunto de forças democráticas chegue a um denominador comum. A ditadura sabe que não pode ter contra si uma tal frente, desde que esta se mantenha em postura de resistência às arbitrariedades e violências. E só tem saída para o impasse na medida em que conseguir dividi-la, tentando separar os setores mais combativos, isolá-los, e debilitar o conjunto.

A fala de Geisel na passagem do ano, que ainda não é de nosso conhecimento, pode ser uma excelente oportunidade para o anúncio das jogadas mais variadas — desde as agressões planejadas pelo truculento Falcão, até as concessões sutis como as que o governador Paulo Egidio deixa escapar ao manifestar encantamentos pelas decisões mais reacionárias do Congresso da Internacional Socialista.

Diante de tal situação, o PCB insiste: qualquer que seja o rumo adotado pelo regime, não resta outro meio à Oposição para se impor face aos atos de força ou manobras mais sofisticadas, do que se aferrar à unidade em torno daquilo que nos une a todos: o restabelecimento das liberdades democráticas, o fim do regime de arbitrariedades e violências.

E tal unidade não se pode cimentar somente nos limites do que a ditadura permite ou decide. Para ser eficiente, ela terá que se constituir através da organização, da mobilização permanente das massas, estas sim as únicas capazes de impor a sua legalidade como se comprovou em alguns episódios, tais como os que se seguiram à morte do Presidente Kubitschak, e ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog. A luta contra os sacrifícios que se imporão pelo corte orçamentário; pelas reivindicações mais sentidas do povo no momento atual, assim como pelo calendário eleitoral de 78 sem as alterações que a ditadura tentará impor são fatores importantes de sensibilização.

As forças democráticas, apoiadas por uma mobilização permanente das massas, podem restabelecer o clima de liberdade a que todos aspiramos. Mas se as lideranças de alguns de seus setores aceitar negociar o isolamento dos mais combativos, o conjunto é quem terá a perder. Vai se tornar vulnerável, sem apoio do povo e será campo fácil para divisões que só podem beneficiar os interessados na manutenção do clima de terror e opressão.

NACÃO

Depois da vitória eleitoral, a mobilização é a arma do povo

A unidade das forças democráticas é a garantia contra as manobras que o regime tentará impor para não ser posto em xeque nas eleições de 1978.

Se a capacidade do ditador Geisel de «fazer» seu sucessor no Poder devesse ser medida pelos frutos que ele colheu nas últimas eleições a partir de sua intervenção pessoal na «campanha», suas perspectivas seriam francamente negras.

Pois nas 31 cidades que o general visitou com expressos propósitos eleitorais, o MDB perdeu sua situação majoritária em três, manteve-a em cinco e arrebatou 11 à Arena, que conservou sua maioria, agora mais exigua, em 12 outras.

Sará por isso que o deputado Herbert Levy, veterano representante de interesses reacionários, advertiu seus colegas de regime de que não se podem iludir com os resultados do pleito municipal, «pois as características e as influências locais não se repetirão nas eleições de 1978»?

Não é provável. Afinal, se, entre as cidades escolhidas pelo ditador para «fazer campanha», estão sete das oito maiores do País, nas quais o MDB obteve 62% dos votos de legenda, contra 38% da Arena, conquistando a maioria em cinco, vários outros subconjuntos podem ser tomados para a verificação da *tendência* do eleitorado.

Por exemplo: no quadro das 100 maiores cidades, o MDB tem agora 42 prefeituras (das quais 27 eram da Arena), contra 30 da Arena (das quais 9 eram do MDB). Nas outras 28 cidades, onde os prefeitos são nomeados, os dois partidos de existência legal igualaram-se no número de Câmaras Municipais onde são majoritários. Mas não nas porcentagens de votos dados às respectivas legendas: nessas 28 cidades — entre as quais a maior parte das Capitais —, o MDB obteve cerca de 60% dos votos, contra 40% obtidos pela Arena.

Para efeito de opinião pública, a ditadura trabalhou na linha de manchetes do tipo «A Vitória da Arena», ou «Julgamento de um estadista» (este, por sinal, ambíguo), para a sua já esperada manipulação dos resultados eleitorais. Sempre é alguma coisa, quando não se pode manipular o *resultado* das eleições.

Nos gabinetes do Poder, porém, exa-

minam-se os números que indicam a tendência. Confrontados com as condições em que se realizou a campanha — repressão, terrorismo fascista, provocações, Lei Falcão —, eles levaram o deputado Herbert Levy a tirar suas conclusões: «é preciso mudar as regras do jogo, porque com estas vamos perder novamente».

Não há nisto nenhuma novidade. A tendência do eleitorado brasileiro foi expressa, desde as primeiras eleições realizadas sob a ditadura, pelos eleitores do Rio de Janeiro. Se a oposição fosse minoritária no Rio e majoritária em Caratinga, o regime poderia ter respirado aliviado ao longo desses anos todos. Mas, como não era assim, as regras do jogo foram mudando a cada crise, ou seja, a cada episódio em que o sentimento geral de oposição do povo ao regime fascista se manifestava, ainda que tendencialmente. O que levou o deputado Trancredo Neves a dizer que se faz a legislação eleitoral pensando no Estatuto da Arena.

Nosso Partido tem, entre outros, o mérito de nunca se ter enganado a este respeito. Porque para nós, comunistas, são as massas, em seu movimento geral, que determinam a resolução das contradições existentes na sociedade, a cada passo da História.

Examinemos o período de 1972/1973. Se não houvesse então resistência de massas ao regime, e se esta resistência não se apresentasse em alastramento crescente, a proposta do continuismo de Médici teria ganhado maior alento. Acontece que a luta de massas e democrática impôs às classes dominantes o apoio — longe de ser unânime — a uma nova proposta.

O chamado grupo Geisel se apresentou na cena política (ou, para ser mais preciso, perante as esferas do Poder) com a pretensão de ser o mais consequente defensor dos interesses reacionários preservados e alargados pelo golpe de 1964. E é isto que ele vem se esforçando para fazer. Condição pela realidade da oposição ao regime, pela dinâmica do fascismo e por suas próprias limitações, ele luta para melhor servir aos interesses reacionários

internos e externos. Mas o faz no contexto determinado dum regime determinado. Ou seja, em traços mais largos, representa uma das formas que o regime (leia-se sempre a contra-revolução) encontrou para responder à marcha dos acontecimentos. O ditador Ernesto Geisel não é o «representante de um grupo»: ele é, mais do que isso, o detentor do Poder.

Nada mais errado do que acreditar na insinuação de que, quanto maior fosse a vitória do MDB, tanto maiores seriam as dificuldades face à «linha dura». Seria o mesmo que aconselhar a um autor censurado que, em vez de insistir em criar, desistisse e passasse a apresentar obras insuscetíveis de serem censuradas. A censura, neste momento, triunfaria.

O MDB obteve, nas eleições municipais de 1976, uma grande vitória. E' diante dessa realidade que o regime vai agora buscar os caminhos de sua própria manutenção. Falou-se em «imaginação criadora», mas os fascistas, mesmo quando criativos, acabam sempre usando o instrumento que está em sua natureza, a violência: o primeiro ato pos-eleitoral da ditadura foi a cassação de um mandato parlamentar pelo AI-5.

O que nos interessa acentuar, em relação ao processo eleitoral de 1976, para entender como ele, em linhas gerais, condicionará a evolução da vida política nacional, é que a campanha e o resultado das eleições contribuíram para o crescimento da resistência de massas, para a organização desse grande movimento contra a ditadura e para a unificação da frente democrática.

Esta não é uma afirmação agitativa do tipo da que convence mais seus autores do que seus leitores.

Basta ver como está sendo feita a *leitura concreta* dos resultados eleitorais: para os eleitores dos grandes centros, a despeito da barragem da manipulação dos dados, vai ficar a noção de sua própria vitória. Para os eleitores do interior contíguo aos grandes centros, a noção de que a ditadura não hesita em tentar isolá-los de «contágios perigosos». No interior disperso, onde a Arena ganhou muitas vezes sem precisar competir, vai ficar a imagem de sempre: o predomínio dos representantes dos poderosos locais. Qual dessas categorias pesa mais na balança sócio-política nacional?

O que há de novo na vida brasileira é que a marca da participação popular torna-se cada vez mais visível, sejam quais forem as modalidades dessa afirmação. E' na direção da organização e da unidade que este processo tem de ser dirigido, para abreviar, em tempo e custos humanos, a derrubada do regime ditatorial.

C. de Sá

UNIR AS FORÇAS NA MOBILIZAÇÃO

Documento da CNBB, um marco no caminho de lutas dos democratas

Em novembro de 1973, o Comitê Central do PCB se reunia na mais estrita clandestinidade para elaborar a importante resolução em que caracterizava como fascista o regime sob o qual vivemos, e chamava as forças democráticas para a discussão de um programa mínimo em torno do qual se poderia estruturar uma frente de resistência poderosa.

Tres anos depois, marcando-se este intervalo por fatos importantes, tais como o resultado das eleições parlamentares de 1974 e a radicalização da luta dos camponeses e pequenos proprietários em consequência da selvagem política de concentração de renda promovida pelo regime atual, eis que se torna público um documento que não hesitamos em classificar de histórico: o Documento da Conferência Nacional dos Bispos.

Os comunistas conhecem perfeitamente a diferença de concepção do mundo, nos aspectos filosófico, político e ideológico, que os separa dos autores deste texto. Mas consideram muito mais importante ressaltar o que ele pode representar na concretização do diálogo entre marxistas e cristãos — que já é um fato normal nos países do mundo civilizado — sobre aquilo que pode ajudar na definição de caminhos para o restabelecimento do estado de direito em nossa Nação.

Sabemos o risco que tal proposição representa. Mas sabemos também que os Gustavo Corções, dentro ou disfarçadamente fora da TFP, não necessitariam de uma caução para atacar o documento da maneira mais vil, como já o fizeram por sinal. Esta caução seria o comentário positivo de **Voz Operária**, o órgão oficial do Partido da classe operária brasileira, a chamada da população que o documento não tem medo de classificar como os que «devem ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo ao poder».

Não vamos agora, passados quase dois

meses, reproduzir o texto. Mas convém tomar alguns pontos naquilo que servem para argumentar sobre o que entendemos fundamental na luta atual; a necessidade de unir todos os esforços dos setores realmente interessados no restabelecimento de princípios tais como o da igualdade de todos perante a lei na base de «qualquer sociedade que se pretenda civilizada».

Partimos da afirmação de que «ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste». Isto nos permite concluir que a Igreja de hoje, para quem os privilegiados são os «fracos e oprimidos», concorda que a solução começa pela mobilização de todos os setores interessados no fim do regime de terror que, em nosso País, só respeita o que é determinado pela política dos grandes monopólios. A mobilização é a forma de luta possível de se impor no quadro da legalidade restrita em que vivemos. Porque é a única forma de luta que impõe sua legalidade. Mobilização a ser feita, na opinião dos comunistas, em torno de reivindicações que o próprio documento deixa antever ao apresentar as denúncias — o fim da legislação de arbítrio se impõem como uma delas.

Hoje, já ninguém pode negar que as xristões políticas arbitrarias que incluíam sequestros, maus tratos, torturas, desaparecimentos e mortes se transformaram em método de manutenção do regime. E já são por demais conhecidos, mesmo internacionalmente, os exemplos de policiais corruptos, envolvidos em tráfico de droga e lenocínio, que tiveram seus crimes acobertados na justiça pela pressão das forças interessadas em mantê-los no combate à chamada «subversão». Deus sabe que tipo de regime precisa recorrer a toxicômanos criminosos, torturadores profissionais, para manter a sua forma de poder.

Estamos inteiramente de acordo, também, com o conceito humanista e cristão de que a «Nação resume todas as formas

de associação do povo». E de que o «direito de livre associação tem que ser reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado». Mais que associação, diríamos participação do povo.

Tais temas são temas concretos de mobilização das massas para uma luta permanente, assim como as questões da terra e da redistribuição da renda, onde as desigualdades sociais atingem o nível do absurdo. Uma noite dos chamados «bem nascidos» nas casas noturnas da moda pode alimentar a família de um operário durante um mês. A de um bóia-fria por um ano.

No documento elaborado há tres anos, o Comitê Central do PCB já deixava claro a descrição das situações e de suas consequências sociais que hoje já são evidentes para todos. A super-exploração da classe operária e a estrutura agrária onde camponeses vivem, em determinadas regiões, condições de vida inferiores mesmo à dos escravos do século passado, ocupavam aí um lugar de destaque.

Nestes tres anos, lutando contra tais aberrações, foram sequestrados e torturados algumas centenas de democratas e patriotas. Quase uma dezena de nossos dirigentes foram assassinados nos Cárceres da ditadura. Mas seu sacrifício não terá sido em vão. Assim como não terão sido os do padre Rodolfo e padre Burnier. Por todas as partes do nosso País, inclusive no seio das Forças Armadas, vozes corajosas se impõem ao sufocamento do terror e tornam clara a sua indignação.

Os donos do regime conhecem isto muito bem. A crise do projeto econômico em que fomos lançados, favorecerá a uma pequena casta servidora dos grandes trustes internacionais, já põe a nu dissensões em seu próprio meio em torno de salidas que lhes permitam manter os privilégios.

Eles são ainda fortes. Mas o conjunto das forças democráticas, principalmente depois deste Documento da CNBB, começa a encontrar as condições objetivas para superar aquilo que sempre foi sua debilidade: a irregularidade de sua ação conjunta. Com o documento, o quadro pode mudar. Uma nova legalidade pode se impor, na medida em que se torne evidente para todos que está na mobilização do povo, permanentemente, por suas reivindicações mais sentidas, por uma maior participação na vida pública — o que se conseguirá na medida em que se lute pelo fim da legislação de exceção; pela defesa do calendário eleitoral de 78, sem variações — o caminho para o estabelecimento definitivo de um clima de liberdade, democracia e paz.

O importante é lutar, sem aventurermos, com passos medidos, por conquistas parciais, mas irreversíveis.

M. Silva

«É PROIBIDO TER MEDO»

E as crianças, quando poderão morder o tão falado «bolo»?

A revista *Visão* em sua edição de 27/IX, reproduzia declarações do Ministro da Previdência e Assistência Social, proferidas por ocasião do II Encontro Nacional de Dirigentes da LBA, segundo as quais o governo se dispunha a desenvolver um programa de creches. O Ministro acrescentava, na ocasião, que tal programa visava ao atendimento do chamado «quarto estrato» da população, definido como «a grande clientela para a qual a LBA é dirigida: um contingente de 10 milhões de pessoas sem acesso à economia de mercado (o grifo é da VO).

Vale a pena parar um pouco sobre o «projeto social» do regime em relação à criança. Pensar sobre isso nos levará a concluir que criminosos não são os «trombadinhas» ou os píquetes, mas sim os responsáveis por um regime onde a concentração de rendas, a super-exploração da mão de obra e a corrupção nos mais altos níveis fazem a constante de suas características mais visíveis. Características acobertadas por um sistema de terror repressivo contra todos que lutam pelo restabelecimento das liberdades democráticas, o fim do domínio dos monopólios multinacionais e de nossa dependência ao imperialismo, formas únicas de apagar essas mazelas em nossa realidade.

A tragédia de nossa infância já começa ao nascer diante das alternativas: sobreviver ou morrer.

Segundo acaba de revelar o próprio Ministro da Saúde sem cada 1.000 crianças brasileiras nascidas vivas, 124 morrem antes de completar 1 ano de vida. No Recife, a taxa atinge os 264,4 por mil. E do total de 1.000 nascidos vivos, mais da metade morre antes de completar 5 anos, segundo os dados oficiais.

Porque morrem tanto as nossas crianças? Elas morrem de subnutrição, doenças infecciosas, falta de assistência médica-hospitalar, falta de saneamento básico, promiscuidade habitacional, poluição do meio ambiente e de outros elementos indicativos do baixo nível de vida de nossas populações. Desde 1964, ano da instauração da ditadura militar fascista no país, as condições de vida da população foram baixando constantemente. A desnutrição, hoje, afeta 40 milhões de pessoas das quais 12 milhões são crianças.

Os que conseguem sobreviver deparar-se-ão com outros problemas igualmente graves: a falta de escolas (são 5 milhões em idade escolar, sem ter onde estudar); a exploração violenta do trabalho do menor; a delinquência infantil, cuja fonte são os menores aban-

donados cujos contingentes crescem cada vez mais (só no grande S. Paulo existem 600.000 menores, dos quais... 550.898 catalogados como deficientes ou de condição de vulnerabilidade moral e social). E, no nordeste, a prostituição feminina começa aos 12 anos com as meninas vendidas pelos próprios pais premiados pelo estado miserável de vida.

Diante da resistência a essa política de exploração e miséria que atinge brutalmente a população infantil, que caminhos busca a ditadura para enfrentar o problema?

— Uma política de controle da natalidade — já praticada em vários Estados nordestinos.

— Novos cortes nas verbas orçamentárias dedicadas à educação e saúde em benefício das despesas armamentistas e de favorecimento dos órgãos de repressão.

— O aumento da quantidade de turnos escolares o que diminui o tempo de permanência do aluno na escola e torna mais deficiente ainda o precário ensino que recebe.

— Leis contra a delinquência infantil, que tornam caso de polícia um problema social profundamente grave.

— O Decreto-Lei 229 de 2/11/67 que reduziu o limite de idade para o trabalhador a 12 anos; e a lei 5.274 de 24/4/74 que permite reduzir a 80% o salário do menor a pretexto de que ainda não tem formação completa.

Os comunistas não podem assistir de braços cruzados a essa guerra sem tréguas da ditadura contra a criança brasileira.

E, no sentido de defendê-la, preservar o seu futuro, conclamam nosso povo, as mulheres em geral e as mães de família em particular, a levantar como bandeira, a defesa do direito de viver com dignidade para a nossa infância.

No bojo geral da luta contra os super-lucros das multinacionais, por melhores salários, contra a carestia de vida, por habitações condignas etc. as organizações democráticas e femininas devem batalhar por: maiores verbas para educação e saúde (principalmente para a assistência materno-infantil), ampliação da rede pública de escolas maternais, creches, jardins da infância para os filhos das trabalhadoras; pelo trabalho do menor somente a partir de 14 anos; salário igual para trabalho igual; educação extra-escolar que oriente o tempo livre da criança, etc.

Defender a infância brasileira, o seu direito de viver e ser feliz é uma bandeira de luta para o qual os comunistas devem ganhar o nosso povo, os trabalhadores, o movimento feminino que começa a brotar por todo o País.

JANGO, UM DEMOCRATA

A morte do Presidente João Goulart constitui uma perda importante para as forças democráticas no Brasil, principalmente considerando o quadro político que se definia.

O Presidente, e isto ninguém lhe pode tomar, representou para a classe operária brasileira a imagem mais próxima daquilo que ela anseia por liberdade, por participação. Os donos do poder de hoje podem dizer tudo que bem lhes ocorrer para justificar o golpe militar de 1964, mas não poderão apagar da mente do povo a lembrança de que nos anos do governo Goulart se viveu o clima das mais amplas liberdades até então conhecidas no Brasil.

Isto não quer dizer que os comunistas consideram seu período de governo isento de críticas. Ao contrário, reconhecemos que as hesitações, os avanços e recuos inconsequentes, as concessões aos grupos aventureiristas foram fatos que permitiram aos reacionários mascarar por algum tempo os seus reais objetivos de instalação de um regime de força no País.

Mas tais críticas não podem se constituir a tônica neste momento que atravessamos, quando o fundamental é unir todas as forças na luta contra este regime que se instalou em nome da defesa da Constituição, contra uma imaginada «República Sindicalista», e que se transformou no exemplo maior de desrespeito às normas mais elementares dos direitos humanos.

João Goulart ainda tinha uma palavra a dizer, principalmente a amplos setores da classe operária. Se é verdade que alguns procuram criticá-lo por ter precipitado acontecimentos que redundariam em consequências, as quais não estava disposto a defender com uma atitude semelhante a Allende, também não é menos verdade que depois de doze anos de exílio ele nunca aceitou um compromisso com este regime fascista, ávido para se limpar diante das massas.

E isto é que tem que contar neste momento de tristeza pela sua morte. Foi um homem público que ficará na História pelas medidas nacionalistas e democráticas assumidas durante o seu período de governo. Pela imagem de independência que emprestou a nosso País no concerto internacional das Nações.

SALÁRIO JUSTO PARA O TRABALHADOR

Patrão manda, a ditadura aperta. E quem paga é a classe operária

Que a economia brasileira vai mal, isto é coisa já sabida de todos; o que não se sabia é o quanto ela vai mal, e quais as medidas que o governo Geisel pretendia tomar para possibilitar, senão a recuperação, pelo menos a diminuição dos efeitos negativos que o quadro atual apresenta.

Em artigo recente (VO de outubro), foram comentados alguns aspectos dos problemas do balanço de pagamentos e da dívida externa. Mas a gravidade da situação nestes setores nos obriga a voltar a eles, assim como a comentar as recentes medidas governamentais de cortes drásticos no plano de investimentos do setor público, e o aumento constante da taxa de inflação. O fim do ano econômico e o aparecimento na imprensa dos primeiros balanços oficiais sobre o comportamento global da economia já permitem uma análise à luz de dados mais precisos.

A situação do comércio exterior brasileiro continuou a se deteriorar sensivelmente durante o ano de 1976. O desequilíbrio já crônico do balanço de pagamentos se mantém, o que significa que, a partir de 1977, o País terá dificuldades ainda maiores para encontrar meios de financiar o déficit de suas contas externas. Desse ponto-de-vista, não são de grande valia os esforços da equipe governamental no sentido de diminuir as importações e de aumentar as exportações, visto que 40% do valor destas são destinados ao pagamento do serviço da dívida externa. A recessão que se abateu sobre o mundo capitalista tornou a meta governamental de um crescimento anual de 20% nas exportações irrealizável. E na medida em que o modelo econômico adotado depende, em grande parte, do andamento constante das vendas do País ao exterior, desprezando o mercado interno pois isto implicaria na alteração dos padrões de concentração da renda, pode-se bem avaliar o impacto que a recessão mundial provoca no conjunto da economia nacional. O déficit da balança comercial está sendo avaliado em cerca de 2,5 bilhões de dólares, bem maior que o anunciado pelo governo no início de 1976 (1 bilhão de dólares), mas menor do que o previsto em meados do ano, graças ao aumento dos preços do café no mercado internacional.

Assim, no seu conjunto, as exportações brasileiras encontraram condições no

Por determinação do que se discutiu na reunião do FMI, a ditadura fez um corte de 40 bilhões nos planos de 1977. A fatura fica por conta dos trabalhadores, como sempre no regime atual. Só a luta pode fazer mudar este quadro de exploração.

mercado muito mais difíceis, o que agrava de maneira dramática a situação da dívida externa. Falha das previsões governamentais? É muito fácil, e o governo Geisel vem se esmerando nisto de colocar a culpa dos próprios problemas na recessão internacional. Mas quem tornou a posição brasileira tão dependente das conjunturas do mercado internacional, senão a política dos grandes monopólios instalados no País, e que encontraram na ditadura um fiel executor de seus desígnios e propósitos? Quem levou o endividamento externo do País a níveis insuportáveis, senão a própria política da ditadura, baseada na entrega sistemática de nossas riquezas aos grandes monopólios internacionais e no apelo permanente ao capital estrangeiro? E agora, o que fazer com a dívida?

No fim do ano de 1976, o montante da dívida se situava em torno dos 28 bilhões de dólares, o que comparado com o total de 17 bilhões em 1974 significa um crescimento de 10 bilhões, em dois anos. E o custo dos principais projetos de desenvolvimento já em curso, e que demandam mais e mais financiamento internacional, está aumentando constantemente. Só a indústria siderúrgica, de acordo com estimativas oficiais, deverá consumir 11 bilhões de dólares para atingir a meta programada de auto-suficiência nos próximos cinco anos. E o governo continua afirmando que a dívida se encontra «sob controle». Mas é lícito perguntar, sob controle de quem?

Até agora foi fácil propalar a idéia de que os empréstimos e financiamentos continuariam a afluir ao País, incessantemente, sob a cínica alegação de que os interesses estrangeiros já se tornaram tão vultosos que a principal preocupação dos investidores, neste momento, é garantir o retorno do capital empatado. Mas o que não se pode esquecer é que, com a recessão, aumenta a demanda de crédito, e os termos com que são concedidos os empréstimos tornam-se muito mais difíceis, a começar pelo prazo de reembolso, cada vez mais curto.

Destá maneira, a continuarem as coisas como estão, o governo será obrigado a renegociar a dívida, o que significa, em termos claros, pedir uma moratória aos credores internacionais, situação que, sem dúvida, colocará o Brasil ainda mais

na dependência do grande capital internacional. Repetimos a pergunta: sob o controle de quem se encontra a dívida?

Na última reunião do Fundo Monetário Internacional, o Brasil foi acusado de realizar gastos acima de suas possibilidades. E o ministro Simonsen teve que ouvir calado as reclamações da irada comunidade internacional financeira, ali representada. Simonsen regressou ao Brasil mais desconcertado que nunca, e comunicou sombriamente que o País teria que apertar o cinto. Mas apertar mais ainda, ministro? Como é isso possível dada a situação de miséria em que vivem as classes trabalhadoras do País? Isto, porém, não entra nas cogitações governamentais. A ditadura está aí para garantir o grande capital internacional e para reprimir duramente a classe operária.

As ordens do FMI foram acatadas com rapidez. Mas após a realização das eleições, para impedir que alguns votos se deslocassem na última hora para a oposição. O governo anunciou um corte nos investimentos públicos, da ordem de 40 bilhões de cruzeiros, o que representa uma redução de 25% do total de investimentos previstos para 1977. O fato em si já seria escandaloso. Todavia, mais escandalosas ainda, caso não se inscrevessem na lógica da política econômica da ditadura, são as consequências provocadas pela medida. Os setores mais duramente atingidos pelos cortes são os que mais absorvem mão-de-obra: o setor imobiliário e a indústria de construção civil. Em outras palavras, é o aumento do desemprego que o governo está provocando, como se já não bastassem os índices da economia naquilo que diz respeito ao aproveitamento de mão-de-obra.

A redução das verbas foi igualmente violenta no setor da previdência social, retirando desta forma boa parte dos já escassos benefícios que a classe operária brasileira lutou para conseguir.

Resumindo, em nome da luta contra a inflação, o governo desacelera a economia, e quem paga por isso é a classe operária e o povo em geral. O proletariado brasileiro, cujos níveis de emprego e de renda vêm sendo sistematicamente reduzidos pelo regime militar fascista que ora governa o Brasil, precisa se mobilizar no sentido de defender as conquistas já conseguidas e agora ameaçadas no terreno da previdência social. Assim como, para evitar que a ditadura aumente ainda mais a miséria que já se encontra presente nos lares dos trabalhadores. Não é o povo que tem que pagar pela falência do modelo econômico. Este modelo, enquanto foi bem sucedido, só beneficiou os monopólios. Que os monopólios paguem agora pelos erros da política da ditadura.

MILITARES/INTERNACIONAL

Pacto de Varsóvia e a visão da paz. JID e o programa de ódio e guerra

Tratava-se de uma visita da Junta Interamericana de Defesa ao Brasil. A Junta, como se sabe, é um organismo internacional de caráter continental, cuja tarefa básica é a defesa do continente como um todo. Presidente: um general norte-americano. O que não surpreende, e define de saída o verdadeiro objetivo de trabalho dos militares que nele representam 19 países das Américas: articulação de planos de ação coletiva contra o que chamam literalmente de inimigo número um, o «comunismo ateu».

Os grandes problemas do Atlântico Sul? A resposta vem do próprio presidente da Junta, o tenente-general Gordon Sumner: a «presença de Cuba e Angola». Sobre a existência de estudos específicos a respeito do problema — o que em linguagem clara quer dizer plano de intervenção armada — o mesmo Gordon é quem afirma que se, no momento, são inexistentes, isto não afasta a hipótese de que venham a se concretizar em breve.

Enquanto isto, o vice-presidente — o coronel Pujol, de Honduras —, justificava o seu alto salário em dólares, além do prazer turístico das viagens, com a original constatação de que, em função das justas declarações do seu patrão sobre o perigo máximo que representa o marxismo para o continente, seria inconveniente para os países da área de um regime «democrático liberal clássico». Afinal, como concluiu em termos brilhantes, «todos nós latino-americanos, temos uma vocação democrática muito forte e própria, baseada nos nossos princípios cristãos».

Não foi possível, na ocasião, obter pronunciamentos do representante brasileiro, talvez pela falta de clareza sobre a tal vocação. De qualquer maneira, na mesma época, falava sobre o tema o ministro da Marinha, almirante Henning, no momento em que recebia do embaixador chileno, em Brasília, a Grande Estrela da Ordem do Mérito Militar do Chile.

E falou para reiterar as afirmativas do

Enquanto a Junta Interamericana de Defesa se reunia no Rio para declarar o marxismo, Cuba e Angola como seus inimigos, os sete países do Pacto de Varsóvia faziam uma proposta às potências que firmaram a Ata de Helsinque, no sentido de eliminar os artefatos nucleares na Europa e no mundo.

Embaixador de que os laços de amizade entre Brasil e Chile teriam se estreitado depois de 11 de setembro de 1973 — a data do golpe contra o governo da Unidade Popular, e do assassinato do Presidente Allende — numa aproximação que «se incrementou através do efetivo apoio do Brasil». Henning salientou ainda que, depois daquela data, «identificados pelos mesmos ideais, nossos povos lutam para sua emancipação econômica, dentro do sistema político que a nossa tradição cristã e democrática nos impõe».

Para o almirante Henning, que ousa falar em nome dos povos de Brasil e Chile, o regime fascista, com tudo o que representa de violência contra os trabalhadores, e de dependência ao imperialismo, é a «democracia» que merecemos. E outra não pôde ser a opinião do militar que nos representa na JID, onde, sem sombra de dúvidas, os regimes de força merecem uma honra especial.

Por fim, mas sem ser esquecido, vale lembrar o discurso de Geisel agradecendo a visita da Junta. Geisel tentava refutar, então, as acusações que grassam em todo o continente sobre o caráter expansionista do regime brasileiro, argumentando que nosso potencial militar não era voltado para fora do País, mas sim para a solução dos «problemas interiores». Ou seja, confirmando o atual conceito de segurança nacional em que inimigo é o povo que nega um «desenvolvimento» no interesse dos lucros dos grandes monopólios internacionais, às custas da super-exploração da classe operária brasileira, assim como dos assalariados em geral.

Enquanto tudo isto se passava em Brasília, o «inimigo número um», os sete países socialistas que compõem o Pacto de Varsóvia, terminava em Bucarest as discussões que se desenrolaram durante dois dias no seu Comitê Político Consultativo, e apresentavam o seu projeto para um tratado sobre o não-recorso às armas atômicas. O documento foi enviado, com

vistas a uma negociação, a todos os países que participaram da Conferência de Helsinque (os países da Europa, mais Estados Unidos e Canadá). E que declara o acordo proposto pelos países socialistas aos outros governos que assinaram a Ata da Conferência?

«Inspirando-se nos objetivos e nas previsões da Ata final da Conferência de Helsinque; desejosos de empreender uma nova ação comum visando a consolidar a confiança, a enfraquecer a confrontação militar, a contribuir para o desarmamento;

— exprimindo seus anseios de agir em conformidade com os propositos e com os princípios da Carta da ONU;

— decididos a não permitir a ameaça ou o emprego de armas nucleares de um Estado contra outro;

— aspirando a fornecer sua contribuição a uma redução do perigo de guerra nuclear na Europa e no mundo... os signatários do documento se engajaram a:

1 - a não ser os primeiros a utilizar a arma nuclear um contra o outro, sobre a terra, o mar, na atmosfera ou no espaço.

2 - O engajamento previsto no artigo 1 se estende não somente aos territórios dos Estados, mas também a suas forças armadas em todas as regiões do globo terrestre onde elas se encontrem.

3 - O presente tratado é concluído por uma duração ilimitada.

4 - O tratado é aberto à assinatura de todo Estado que, a 1 de agosto de 1975, em Helsinque, firmou a Ata final da Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa.

5 - O presente tratado deve ser submetido à ratificação dos Estados que o assinaram... Ele entra em vigor... no momento em que seus instrumentos de ratificação sejam apresentados...»

A respeito destas proposições do Pacto de Varsóvia, a imprensa democrática de todo o mundo foi unânime em ressaltar sua importância no contexto internacional atual. O item 2, em especial, mereceu atenção pela contribuição que presta a impedir que um confronto nuclear pudesse ocorrer em regiões do mundo onde se localizam focos de conflito, não fazendo parte, portanto, dos territórios dos Estados firmantes. Um item beneficiando fundamentalmente os povos do Oriente Médio e da África Austral. Somente as forças reacionárias se levantaram contra tais proposições dos países socialistas, mas outra atitude não se poderia esperar de regimes que têm a violência e o expansionismo na sua essência. Como a ditadura brasileira, irmã mais velha e protetora dos regimes fascistas e reacionários do Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Todos, filhos queridos da Junta Interamericana de Defesa.

ANTICOMUNISMO É ARMA DA DIREITA

JORNAIS PUBLICAM. VO COMENTA

AGORA, ATÉ O JORNAL DO BRASIL É SOCIALISTA...

«O Congresso da Internacional Socialista teve assim, entre outros, o mérito de deixar claro o quanto o socialismo autêntico está distante de sua versão espúria que é o comunismo, cuja característica fundamental é a supressão da liberdade em todas as suas formas, desde as mais elementares até as mais aperfeiçoadas. Entre as grandes usurpações da História figurará por certo a utilização do rótulo de socialista por regimes e países que representam justamente a negação dos valores que constituem os fundamentos do verdadeiro socialismo».

O trecho acima, uma verdadeira afirmação de fé ideológica, não foi publicado em nenhum órgão de partido socialista do mundo. Trata-se, nada mais nada menos, que de um editorial do respeitável *Journal do Brasil*, em 30/11. O velho JB do Conde Pereira Carneiro, atualmente dirigido pelas figuras «revolucionárias» da Condessa herdeira e do senhor Nascimento de Brito, se transfere assim muito rapidamente de defensor da política econômica do regime fascista e membro militante da Internacional Socialista.

A coisa seria de festejar não fosse o objetivo que oculta. O que se pretende realmente com tal jogada? De qualquer forma, uma reflexão imediata deve ocorrer aos verdadeiros democratas: se um órgão conservador da grande imprensa recorre a tais argumentos

em editorial é porque algo de concreto existe naquilo que *Voz Operária* vem insistentemente classificando de degeneração de um regime que, se ainda não passou à defensiva, já não tem a iniciativa, ao se referir ao governo atual. O barco está fazendo água.

E vale ressaltar também alguns argumentos já expressados em VO sobre a necessidade da ditadura, às voltas com uma séria crise econômica, ter que levar em conta algumas das aspirações mais importantes do povo brasileiro. Entre estas, sem dúvida, se coloca a pressão crescente para a democratização do País. O que leva os setores preocupados com a elaboração da estratégia das classes dominantes a buscar caminhos que permitam a saída diante de um impasse político que se apresenta cada vez de forma mais clara, na medida em que nos aproximamos de 1978.

E realmente uma nova corrente se manifesta, depois fundamentalmente dos pronunciamentos de Carter durante a sua campanha, e dos propósitos da social-democracia alemã interessada em alargar a sua influência fora da Europa. E' a que se expressa através de mensagens, semelhantes a este original editorial do JB, pela reformulação do quadro político dentro de um processo em que as cartas sejam dadas ainda por quem mantém o poder em nossos dias. A chamada solução «por cima».

A resposta dos democratas verdadeiros diante de tal situação não pode ser equivo-

ca. Não há que se colocar automaticamente no combate aberto às proposições de setores — inclusive ligados à Arena — que se indisponham realmente com o caráter fascista do regime atual. Existem objetivamente vozes de peso que se levantam pelo restabelecimento das liberdades democráticas de forma consequente.

Mas tal não é a corrente que se expressa através dos editoriais do JB. Esta visa a, antes de tudo, dividir as forças de Oposição, e a criar um gueto em torno dos que, desde os primeiros dias de existência deste regime ditatorial se colocaram na linha de frente para combatê-lo.

Para tal tipo de manobras é que devem estar atentos os democratas. Este regime se decompõe, mas a tal decomposição não se faz correspondendo um alto nível de organização da Oposição, único instrumento que lhe permitiria atividade permanente.

Eles sabem disto. E trabalham com inteligência no sentido de impedir a concretização e o avanço desta unidade lógica. Para tal fim, nada melhor que estimular os pontos de divisão, um método que, nas circunstâncias de hoje, pode se mostrar muito mais eficiente que a pura repressão.

A tarefa dos democratas é responder no mesmo nível. Socialdemocracia, sim, para dividir as forças em que se sustenta este regime. Nos quadros da Oposição, a unidade, qualquer que sejam as fórmulas buscadas pelo regime para impedi-la.

O ESCÁRNIO DO MINISTRO DO EXÉRCITO

«Honra-se, no simbolismo de sua imagem, a extraordinária soma de virtudes coletivas da gente brasileira, sua ânsia de liberdade, seu respeito à pessoa humana, sua solidariedade cristã e seu repúdio viril a todas as formas de opressão e tirania».

Senhor Ministro do Exército, General Silvío Frota: os comunistas brasileiros não vacilam em dizer que estão inteiramente de acordo com estas palavras expressadas na Ordem do Dia de seu ministério, com sua assinatura, por ocasião do Dia da Bandeira.

Mas perguntamos, senhor ministro, quem impede que tais propósitos estejam consagrados na realidade brasileira de hoje?

Depois de ler o Documento da Conferência Nacional dos Bispos, ao qual fazemos referência neste número, a resposta não nos parece muito difícil.

«Ânsia de liberdade»? E' verdade, senhor ministro, que este povo, antes de tudo, ama a liberdade e dá mostras disto em todas as ocasiões que lhe surgem. Somente para se referir a fatos de 76, valeria recordar os episódios que se seguiram à morte do presidente Juscelino Kubitschek, e os fatos consumados que obrigaram o governo a decretar

luto oficial pensando nas eleições que se aproximavam. E sobre as eleições, não seria demais recordar os resultados nos centros políticos, menos vulneráveis aos efeitos da lei Falcão, ou à repressão violenta, pura e simples.

«Seu respeito à pessoa humana, sua solidariedade cristã e seu repúdio viril a todas as formas de opressão e tirania»? Não é menos verdade, senhor ministro, que esta também é uma tônica da personalidade do nosso povo. Isto ficou claro na atitude corajosa do Padre Burnier diante dos torturadores fardados de uma pobre camponesa. E na missa ecumênica que se seguiu ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog, quando, nos jornais do mundo inteiro, se destacou a homenagem do povo àquele que morreu heroicamente sem renegar os valores por que lutava: seu respeito à pessoa humana e seu repúdio viril a todas as formas de opressão e tirania. O povo honrava na missa de Herzog todos os democratas e patriotas que já haviam tombado nas mesmas condições, em defesa dos mesmos princípios. Entre eles, quase uma dezena de membros de nosso Comitê Central.

Perguntamos ainda, senhor ministro, tendo em conta a sua posição de um dos principais responsáveis pela segurança desta Na-

ção e de seu povo: o que foi feito para descobrir os responsáveis pelos atos de terrorismo, tais como as bombas na ABI, na OAB, no CEBRAP, além de algumas outras? O que se fez para descobrir os autores do sequestro de D. Adriano Hipólito? Qual o destino dos presos políticos desaparecidos, alguns depois de anos?

Por ironia, para não dizer coisa pior, a mesma Ordem do Dia que se refere aos traços positivos da nossa personalidade nacional, o faz colocando tudo dentro de um contexto proporcionado pela «memorável jornada de 31 de março de 1964». Com objetividade, e sem nenhum medo de ser considerado saudosista, o senhor ministro se recorda de referência a sequestro, tortura e assassinato de presos políticos no governo derrubado pelo golpe militar que o senhor chama de «memorável jornada»?

Descupe, senhor ministro, pelo desrespeito desta pergunta final. Por que tanta mentira numa Ordem-do-Dia a seus subordinados? Será que o regime reconhece que as grandes aspirações do povo brasileiro têm um reflexo nas casernas? E que já existe, talvez, uma grande quantidade de quadros militares aguardando o momento de lhe fazer as perguntas que fizemos acima?

A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA

DIPLOMACIA

Política externa da ditadura: conciliar o inconciliável

A qualquer observador dotado de um grau mínimo de lucidez, espanta o número de contradições que encerra a política externa brasileira, mesmo levando-se em conta que estas contradições são mais aparentes que reais. A conclusão a que se chega é que o «pragmatismo responsável», fórmula com a qual foi pomposamente batizada a atividade diplomática brasileira, é um saco de gatos em que certas tomadas de posição mal ocultam as deficiências centrais e as orientações globais, elaboradas em função de uma política de desenvolvimento que coloca os monopólios estrangeiros e nacionais como centro da vida econômica do País.

O Brasil aparece na arena mundial como um País que pretende desenvolver várias linhas de atividade diplomática, de maneira a colocá-lo no ponto de confluência de, pelo menos algumas, divisões do sistema internacional. Assim, ele procura ser, ao mesmo tempo, parte integrante do chamado «mundo ocidental», buscando para isso relações privilegiadas com os EUA, sem romper os laços com o conjunto de nações integrantes do bloco dos «subdesenvolvidos». E, enquanto isso se dá, premido por dificuldades crescentes no balanço de pagamentos e carente de financiamentos a longo prazo para a compra de equipamentos industriais, o governo orienta a diplomacia brasileira no sentido de aproximar-se do mundo árabe, do bloco socialista, da África Negra, e de quantos outros membros da comunidade internacional oferecerem vantagens a este tipo de política.

O que há por trás disto, desorientação, falta de uma doutrina coerente, incapacidade do regime de formular metas globais que norteiem a atividade diplomática? Parece que o problema é um pouco mais complexo, e para o seu correto equacionamento torna-se necessário examinar os elementos permanentes que orientam a política exterior nos últimos anos, de modo a não permitir que os traços circunstanciais sejam tornados pontos de referência, e que se estabeleça a confusão sobre o assunto.

A chegada ao poder do regime militar reacionário, em 1964, determinou mudanças profundas na orientação da política exterior brasileira. Um processo de gradual afirmação da soberania nacional na arena diplomática e nos principais organismos internacio-

Já se passaram os tempos em que a diplomacia brasileira jogava sempre no «que é bom para os EUA é bom para o Brasil». Não que tenham uma ideia diferente. Mas houve Vietnam, houve Angola, e há que ser um pouco mais sutil. E na política de duas caras, determinada pelo interesse de exportação, nos transformamos em «terceiro-mundistas». Mas a longo prazo, é impossível enganar muito.

nais foi truncado, e abruptamente substituído por uma política que levou ao gradual isolamento do Brasil no sistema mundial. A visão maniqueísta do período Castelo Branco, que tinha como corolário o reconhecimento tácito da liderança norte-americana, somaram-se formulações como a das fronteiras ideológicas, cuja consequência prática era a de barrar por quaisquer meios o desenvolvimento da luta ant imperialista que travam os povos latino-americanos. Foi a época da FIP (Força Interamericana de Paz), de triste memória. Integrada inclusive por contingentes brasileiros, atuando como ponta-de-lança dos interesses mais reacionários do imperialismo norte-americano, esmagou o movimento popular que se desenvolvia em S. Domingos.

Mas, lamentavelmente para os teóricos da E.S.G. (Escola Superior de Guerra), que tão bem tinham formulado o conjunto de proposições relativo à concepção de Segurança Nacional, a doutrina foi superada pela realidade de uma situação internacional que criou novos parâmetros e exigiu vários reajustamentos. Ao mesmo tempo, esta mesma doutrina e a atividade diplomática dela resultante mostravam-se igualmente incompatíveis com o processo de desenvolvimento que se instaurou no País a partir de 1964.

A nova caracterização do quadro internacional, com um enfraquecimento do sistema global do imperialismo, causou vários abalos na posição norte-americana de liderança do bloco de países capitalistas. Principalmente como consequência da derrota na guerra do Vietnam e dos problemas financeiros e de comércio exterior que levaram à desvalorização do dólar. De um segundo ponto-de-vista, o desenvolvimento capitalista brasileiro criou exigências que não se coadunavam mais com aquela visão simplista da realidade internacional, característica dos primeiros anos do regime militar. Tornou-se necessário diversificar as fontes de financiamento e de tecnologia dos projetos de desenvolvimento em curso, da mesma maneira que ampliar os mercados que pudessem absorver tanto os produtos tradicionais quanto os manufaturados brasileiros que passaram a integrar então a pauta de exportações. E' óbvio que o mercado dos países capitalistas não poderia representar uma garantia para a colocação estável deste novo tipo de produção,

Simultaneamente, o desenvolvimento industrial passou a demandar mais e mais matérias primas que não poderiam ser encontradas em território nacional.

Quais foram os reajustamentos requeridos, e como compatibilizá-los com o tipo de desenvolvimento adotado?

Em primeiro lugar, a estratégia das exportações, da qual dependeu em grande parte o crescimento observado durante os primeiros anos da década de 70, impôs a busca de novos mercados, o que obrigou a diplomacia brasileira a se aproximar da África Negra, compradora potencial de certos tipos de manufaturados. Em segundo lugar, tentando obter algumas concessões e financiamentos para a compra de petróleo, desde a alta do seu preço, o Brasil fez alguns acenos ao mundo árabe, como, por exemplo, o voto da delegação brasileira na ONU assimilando o sionismo a uma forma de racismo. Isto tudo foi acompanhado de uma certa linguagem própria da diplomacia «terceiro-mundista», e a partir da qual vários observadores acreditaram que o Brasil estava mudando os rumos da sua política externa.

Que ninguém se iluda com estes reajustamentos de superfície. Não é esta a verdadeira face da política externa brasileira.

A movimentação em direção a áreas subdesenvolvidas não esconde a subordinação da política exterior aos propósitos mais gerais do imperialismo norte-americano, subordinada esta decorrente da implantação ilimitada do capital monopolístico internacional, e particularmente americano, em nosso País. A realidade é que o Brasil se transformou na área privilegiada do grande capital internacional na América Latina, o que o coloca permanentemente em situação de dependência financeira e tecnológica dos centros de onde este capital é proveniente.

Por outro lado, e como consequência de tal situação, a política latino-americana desenvolvida pelo Brasil é a negação da imagem «terceiro-mundista» do Itamarati. É uma política que se caracteriza pela intromissão sistemática nos assuntos internos de outros povos. Não bastou a intervenção na República Dominicana. De maneira mais velada, o Brasil esteve presente na conspiração que permitiu a subida de Banzer ao poder, na Bolívia, e no golpe-de-estado desfechado por Bordaberry, no Uruguai. A política brasileira é de apoio sistemático às mais ferozes e repressivas ditaduras que se estabelecerem em plano continental. As ligações com Pinochet são um exemplo.

Na África, só a possibilidade de ver suprimidos os mercados que, dada a crise do balanço de pagamentos, tornaram-se importantes para o Brasil, deteve a ação da diplomacia brasileira visando a uma maior aproximação com a África do Sul.

E isto ocorre depois de a ditadura brasileira ter sustentado o colonialismo português até quase as vésperas de sua derrota final.

As contradições do regime aparecem na sua política externa. Não é possível ser domado pelo grande capital monopolista internacional e, ao mesmo tempo, defender a soberania do País: é tentar conciliar o inconciliável.

P. Gonçalves